

JOEL DE MENEZES NIEBUHR

REGIME EMERGENCIAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19

COLEÇÃO FÓRUM
MENEZES
NIEBUHR

JOEL DE MENEZES NIEBUHR

REGIME EMERGENCIAL DE CONTRATAÇÃO
PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO
À PANDEMIA DE COVID-19

FORUM

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Licitações e Contratos Administrativos

Público-alvo/consumidores da obra

Agentes públicos que trabalham com licitação

Pregoeiros

Assessores e procuradores de órgãos e

entidades da Administração Pública

Advogados privados que militam na área de

licitações e contratos

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001771

Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de COVID-19 é obra doutrinária que dissecas as novas disposições da Lei nº 13.979/2020. Em meio a tantas dúvidas de como proceder e atender às demandas urgentes provocadas pela pandemia de COVID-19, a Lei nº 13.979/2020 municia a Administração Pública com instrumentos que levam à contratação mais célere e que conferem maior proteção aos agentes administrativos. O autor realiza análise sistêmica, em linguagem fácil e prática, com remissões críticas à jurisprudência dos órgãos de controle, com destaque para os julgados do Tribunal de Contas da União.

N665r Niebuhr, Joel de Menezes

Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de COVID-19/ Joel de Menezes Niebuhr.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

145p;
ISBN: 978-65-5518-014-5

1. Direito Administrativo. 2. Licitações. 3. Contratos Administrativos. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NIEBUHR, Joel de Menezes. *Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de COVID-19*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 145p. ISBN 978-65-5518-014-5.

Joel de Menezes Niebuhr

Advogado especializado em licitações e contratos. Sócio da Menezes Niebuhr Advogados Associados. Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Mestre em Direito pela UFSC. Autor dos livros *Princípio da isonomia na licitação pública* (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); *O novo regime constitucional da Medida Provisória* (São Paulo: Dialética, 2001); *Dispensa e inexigibilidade de licitação pública* (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015); *Pregão presencial e eletrônico* (8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019); *Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos* (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, em coautoria com Edgar Guimarães); *Licitação pública e contrato administrativo* (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015); e *Licitações e contratos das estatais* (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes Niebuhr), além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ASPECTOS GERAIS DO REGIME EMERGENCIAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19

1.1	Simplificação dos processos de contratação pública como meio para atender às demandas emergenciais por bens e serviços necessários ao enfrentamento da pandemia de COVID-19	11
1.2	Emergência <i>versus</i> excesso de burocracia	13
1.3	O medo dos agentes administrativos	15
1.4	A Lei nº 13.979/2020 é norma geral	20
1.5	Aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002	23
1.6	Abrangência material e temporal da Lei nº 13.979/2020: vinculação ao enfrentamento da pandemia de COVID-19	25
1.7	A contratação de obras com fundamento no regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de COVID-19	26
1.8	Aplicação do regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento do coronavírus por parte de estatais	29

CAPÍTULO 2

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19

2.1	Nota introdutória sobre a dispensa de licitação para o enfrentamento à pandemia de COVID-19	35
2.2	Quando utilizar a hipótese de dispensa de licitação e quando utilizar o pregão simplificado?	40
2.3	A analogia da dispensa de licitação do artigo 4º da Lei nº 13.979/2020 com a dispensa de licitação para emergência do inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993	45
2.4	A presunção da caracterização da emergência e da necessidade da contratação	48
2.5	A emergência causada pela omissão dos agentes administrativos	56
2.6	Contratação por dispensa de licitação de pessoas declaradas inidôneas ou com o direito de participar de licitação e contratar com a Administração suspenso	58

CAPÍTULO 3

O PREGÃO SIMPLIFICADO DA LEI Nº 13.979/2020

3.1	Pregão simplificado	65
3.2	As modalidades tradicionais da Lei nº 8.666/1993 são estranhas ao regime emergencial de contratação para o enfrentamento à pandemia de COVID-19 da Lei nº 13.979/2020	67
3.3	O pregão eletrônico é a regra	69
3.4	Encurtamento dos prazos	73
3.5	Efeito devolutivo do recurso	75
3.6	Dispensa de audiência pública	78

CAPÍTULO 4

ETAPA PREPARATÓRIA DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO VINCULADOS AO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19

4.1	Etapa preparatória dos processos de contratação	81
4.2	Etapa preparatória de dispensa de licitação	82
4.3	Etapa preparatória da modalidade pregão	90
4.4	Estudo técnico preliminar, termo de referência e projeto básico	92
4.5	Contratação de bens usados	102
4.6	Estimativa de preços	105
4.6.1	A dispensa da estimativa de preços e suas implicações graves	110
4.6.2	Oscilações de preços	112
4.7	Habilitação	113
4.8	Gerenciamento de riscos	116

CAPÍTULO 5

FLEXIBILIZAÇÃO CONTRATUAL

5.1	Publicidade das contratações	119
5.2	A duração dos contratos sob o regime emergencial de enfrentamento à pandemia de COVID-19	121

5.3	Ampliação do limite percentual para as alterações quantitativas unilaterais.....	124
5.4	Ampliação dos limites para o suprimento de fundos.....	128

CAPÍTULO 6

REGISTRO DE PREÇOS PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19	133
6.1 Considerações gerais sobre o registro de preços.....	133
6.2 Dispensa de licitação emergencial para promover registro de preços.....	137
6.3 O pregão simplificado para a promoção de registro de preços	142